

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NATHALIA STERN PEREIRA NUNES

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES E AS AVALIAÇÕES DO INEP/MEC DE
CURSOS DE GRADUAÇÃO: ESTUDO DE CASO

Rio de Janeiro

2014

NATHALIA STERN PEREIRA NUNES

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES E AS AVALIAÇÕES DO INEP/MEC DE
CURSOS DE GRADUAÇÃO: ESTUDO DE CASO

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia pela
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro

Orientadora: Geni Chaves Fernandes

Rio de Janeiro

2014

N972d

Nunes, Nathalia Stern Pereira.

Desenvolvimento de coleções e as avaliações do INEP/MEC de cursos de graduação: estudo de caso. – Rio de Janeiro, 2014.

52 f.: il.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Orientador: Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes.

1. Desenvolvimento de coleções. 2. Avaliação. 3. Inep
4. Mec. 5. Bibliotecas universitárias. I. Fernandes, Geni Chaves. II. Título

NATHALIA STERN PEREIRA NUNES

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES E AS AVALIAÇÕES DO INEP/MEC DE
CURSOS DE GRADUAÇÃO: ESTUDO DE CASO

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia pela
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro

Aprovado em: ____ de _____ de _____

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Geni Chaves Fernandes (orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a Simone da Rocha Weitzel
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

*À minha família, que em momento algum
duvidou da minha capacidade e me
apoiou em todas as decisões já tomadas
até aqui.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, que mesmo por caminhos tortuosos, sempre me mostrou que o importante é seguir em frente e que se não deu certo, é porque ainda não acabou.

Aos meus pais, irmãos e parentes, pelo apoio incondicional e compreensão e por nunca me deixarem desistir.

Ao meu inseparável companheiro Estevão, que desde o início da faculdade esteve ao meu lado em todos os momentos e sempre teve uma palavra de incentivo, amor e força. Que nos últimos tempos, se fez fundamental, acreditando em mim e me apoiando, quando faltaram forças.

Às minhas amigas Camila e Fernanda, pelos momentos felizes que dividimos e pela motivação cotidiana.

À minha orientadora Geni, que me deu uma oportunidade quando eu já estava perdendo as esperanças, e quando faltavam apenas 3 meses, aceitou o desafio de levantarmos um trabalho do zero e entregá-lo dentro dos prazos estipulados. Até as palavras mais difíceis de ouvir soavam como combustível para atingir as metas.

Aos professores Café e Simone, por terem concordado em participar da banca, apesar de possuírem outros compromissos.

“Para os erros há perdão. Para os fracassos, chance. Para os amores impossíveis, tempo... Não deixe que a saudade sufoque, que a rotina acomode, que o medo impeça de tentar. Desconfie do destino e acredite em você. Gaste mais horas realizando, que sonhando, fazendo que planejando, vivendo que esperando. Porque, embora quem quase morre esteja vivo, quem quase vive já morreu... Procure os seus caminhos mas não magoe ninguém nessa procura. Arrependa-se, volte atrás, peça perdão! Não se acostume com o que não o faz feliz, revolte-se quando julgar necessário. Alague seu coração de esperanças mas não deixe que ele se afogue nelas. Se achar que precisa voltar, volte! Se perceber que precisa seguir, siga! Se estiver tudo errado, comece novamente. Se estiver tudo certo, continue [...].”

Luis Fernando Veríssimo

RESUMO

Este trabalho busca identificar, através de uma pesquisa de campo realizada na biblioteca central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, se os quesitos de avaliação dos cursos de graduação realizado pelo INEP, interferem de alguma forma na política de desenvolvimento de coleções instituída na biblioteca. Para a pesquisa, foi feito um recorte de um curso recentemente avaliado, e de duas disciplinas deste curso. Foi escolhido o curso de Museologia e as disciplinas de Introdução à Museologia e Museologia IV, onde a partir de suas ementas foram retiradas as bibliografias básicas e com os títulos recomendados em mãos, foi realizada uma verificação no sistema e nas estantes da biblioteca com a finalidade de observar a utilização dos itens recomendados. Também foi realizada uma entrevista com a bibliotecária responsável pela biblioteca setorial, responsável pelo Centro de Ciências Humanas e Sociais, com a finalidade de descobrir de que forma é feito o desenvolvimento de coleções e qual a visão da bibliotecária sobre as exigências do processo de avaliação. Os resultados encontrados podem servir como um ponto de partida para uma nova posição da biblioteca diante da adequação da biblioteca aos requisitos de avaliação do INEP, buscando trazer a questão para o desenvolvimento de coleções na sua realidade, aqui observada.

Palavras-chave: Desenvolvimento de coleções. Avaliação. Inep. Mec. Unirio. Bibliotecas universitárias.

ABSTRACT

This work aims to identify, through a field research that took place at the Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro's main library, if the evaluation criteria developed by INEP for the undergraduate courses interferes, somehow, in the library's collection policies. For this research, it was used a profile of a recently evaluated course and two of its disciplines. The chosen course was Museology, and the disciplines were Introduction to Museology and Museology IV, which the basic bibliography was defined by its discipline plan. Knowing the recommended book titles, a system verification and a bookcase search were made in order to observe the usage of the recommended items. The librarian responsible for the sectoral library, which is responsible for the Centro de Ciências Humanas e Sociais, was interviewed in order to determine how the collection development is made and her impressions on the evaluation process requirements. The results found may serve as a starting point for the library to have a new positioning on its suitability regarding INEP's evaluation requirements, trying to establish the collection development according to its reality, as it was observed.

Keywords: Collection development. Evaluation. Inep. Mec. Unirio. University libraries.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Critérios utilizados para a avaliação da biblioteca - Bibliografia Básica	26
Quadro 2 – Critérios utilizados para a avaliação da biblioteca - Bibliografia Complementar	26
Quadro 3 – Empréstimos domiciliares dos livros de Introdução à Museologia	33
Quadro 4 – Empréstimos domiciliares dos livros de Museologia IV	34
Quadro 5 – Gastos estimados para aquisição dos exemplares dos 15 livros não esgotados, disponíveis nas bibliografias básicas das duas disciplinas	37

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCH	Centro de Ciências Humanas
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	Bibliotecas universitárias	16
2.2	O desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias	18
2.3	Passos para elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções	20
3	METODOLOGIA	23
4	AS AVALIAÇÕES DO INEP - BIBLIOGRAFIA	24
4.1	As avaliações do INEP	24
4.2	Os critérios do INEP e o desenvolvimento de coleções para graduação	29
4.3	Uso efetivo do material adquirido nos cursos	31
4.4	Estimativa das perdas de recursos nas disciplinas selecionadas	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICE	
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil vem passando por modificações significativas no modo de ingresso em cursos superiores, destacando-se o aumento das vagas que é acompanhado da preocupação com o controle da qualidade do ensino oferecido.

O controle da qualidade de ensino superior iniciou-se com o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, uma prova escrita, aplicada em todo o território nacional a estudantes concluintes de cursos de graduação.

Para ampliar este modo limitado de avaliação, que tendia a criar práticas de “cursinho intensivo” no último semestre dos cursos, o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP) passou também a considerar as condições de oferta destes cursos, onde bons egressos devem ter alta relação com boas condições de ensino. Assim, o INEP instituiu a avaliação dos cursos a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que tem como função avaliar tanto as instituições, como os cursos, ao lado da verificação do desempenho dos estudantes. Dentro dos critérios de avaliação das condições de oferta incluiu-se a disponibilização adequada de recursos bibliográficos aos estudantes.

Este trabalho busca identificar em um caso, através da pesquisa de campo, se este quesito de avaliação dos cursos de graduação pelo INEP constitui, neste caso, interferência, inconveniência ou complementaridade relativamente às práticas, especialmente, a política de desenvolvimento de coleções realizadas pela biblioteca da instituição de ensino superior, considerando-se que a biblioteca deve ter em conta tanto o atendimento da avaliação quanto das necessidades dos diversos usuários que constituem sua comunidade, ambos devendo estar previstos no desenvolvimento de coleções.

Uma vez que qualquer biblioteca conta com recursos financeiros e humanos e espaço finitos, critérios claros e fundamentados para o desenvolvimento de suas coleções é fundamental para construção de um acervo também limitado, mas adequado. Neste trabalho consideram-se necessários os estabelecimentos de tais critérios para além do atendimento ao quesito de disponibilização de quantitativos exigidos dos itens constantes nas bibliografias dos cursos de graduação, já que seu universo de usuários inclui os envolvidos na pesquisa, ensino, pós-graduação e extensão e que as necessidades de informação dos graduandos possivelmente é mais ampla do que aquilo que podem encontrar nestes livros.

Também se quer saber se existe privilégio de aquisição do material bibliográfico que é objeto de avaliação do INEP, em detrimento de outras necessidades identificadas pela biblioteca, e se tal aquisição está incluída na política de desenvolvimento de coleções, ou se, ao contrário, está no lugar de tal política.

Como **objetivo geral**, o estudo exploratório visa buscar evidências, junto à Biblioteca da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), para o curso de Museologia¹, em disciplinas selecionadas aleatoriamente, da relação entre a política de desenvolvimento de coleções e o quesito de avaliação do INEP referente à bibliografia básica dos cursos.

Como **objetivos específicos** quer-se:

i) Identificar a existência ou não de política de desenvolvimento de coleções na biblioteca central da UNIRIO que atende ao curso de Museologia;

ii) Levantar, junto aos bibliotecários, se o atendimento ao INEP tem significado comprometimento de recursos que seriam alocados em outras aquisições;

iii) Identificar, para disciplinas selecionadas, se há uso efetivo dos quantitativos de bibliografia básica por parte dos estudantes;

iv) Caso haja livros indicados nas bibliografias básicas das disciplinas examinadas que não foram emprestados, realizar uma quantificação aproximada do montante de recursos gastos em material não utilizado.

¹ A Escola de Museologia é a mais antiga da América do Sul, criada em 1932 e o curso foi escolhido por ter sido avaliado recentemente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante de todo o fluxo informacional e da larga produção científica nos dias de hoje, é fundamental que a biblioteca selecione o que será incluído em seu acervo, seja pelo espaço a ser ocupado, seja pela relevância do material a ser salvaguardado. Cabe ao bibliotecário saber selecionar e, principalmente, administrar a biblioteca, para que o usuário tenha suas necessidades satisfeitas, dentro do possível. Para isso, o campo da Biblioteconomia desenvolveu conhecimentos, donde se destaca o estudo de usuários, para identificar o perfil, uso e necessidade dos mesmos, assim como sua opinião em relação ao serviço prestado pela biblioteca, o que permite uma adequação cada vez mais próxima do ideal.

A limitação de recursos e de espaço, juntamente com as necessidades dos usuários, é a base a partir da qual se pensa necessários critérios para aquisição e descarte em uma biblioteca. Mas, de acordo com Vergueiro (1993), a importância não se limita somente à questão verbal, mas também ao espaço físico e de acordo com ele, a preocupação com as práticas de desenvolvimento de coleções só ganhou forma a partir das últimas décadas. Essa preocupação tem seu crescimento diretamente ligado com o aumento do fluxo informacional, onde o responsável pelo controle das entradas na biblioteca precisa fazer da sua seleção de material um processo cada vez mais criterioso, não só garantindo que o relevante esteja inserido em seu acervo, mas também que não haja redundância no material armazenado e, diríamos nós, aquisição de material desnecessário.

A questão não era – e continua a não ser – simplesmente financeira, originada pela eventual falta de verbas necessárias para garantir a aquisição dos materiais considerados de interesse. Era, mais que isso, uma questão de total impossibilidade de acompanhar, de maneira minimamente efetiva, o ritmo da ‘explosão bibliográfica’. (VERGUEIRO, 1993, p.14)

Conforme a constante mudança do modo como a transmissão da informação se dá, a atualização da biblioteca também necessita ser constante. Para isso, de tempos em tempos ocorre uma reestruturação, buscando-se adequar os serviços e adaptar aquisições às novas tecnologias e suportes nos quais a informação se transmite. Ao longo dos anos, a tecnologia se aperfeiçoou e uma das mais significativas mudanças na forma de transporte de informações foi o meio digital, destacando-se como material para o meio acadêmico os periódicos

eletrônicos e os *e-books*. Nos dias de hoje, no meio acadêmico, os usuários que buscam informação recorrem também aos meios eletrônicos para obtê-las.

Especialmente no caso da graduação, a oferta de material didático fora do âmbito da biblioteca é uma prática que foi amplamente difundida, mesmo antes da Internet, com a chamada “pasta do professor”.

Conforme Santos (2013, p. 70-71) e Gomes a “pasta do professor” não deixa de distanciar o estudante da biblioteca. Segundo Gomes (2010, p. 131) a prática não deixa de ser um modo de apagamento das bibliotecas. Os motivos para a prática são variados, desde a insuficiência de uma única obra para oferecer o panorama da disciplina às condições sócio-econômicas dos estudantes. Também contam o tempo e a tendência interdisciplinar (ROSA, 2006; SILVA 2013)

Assim, com as disponibilidades de acesso pela Internet, a biblioteca acadêmica não é o único meio de acesso à informação, mas concorre com outros recursos on-line e também com a “pasta eletrônica do professor”, de modo que a política de desenvolvimento de coleções deve ter em conta tais práticas.

Então, deve-se indagar acerca das estratégias da Biblioteca Universitária, já que, segundo os dados apresentados por Busquet (2012), para a Universidade Federal Fluminense (UFF), ao aumento sistemático nas vagas resultante da expansão pelo REUNI correspondeu a uma queda sistemática de usuários das bibliotecas daquela universidade.

2.1 Bibliotecas universitárias

Biblioteca universitária é aquela que é mantida por uma instituição de ensino superior e possui a missão de atender à comunidade acadêmica, desde os discentes e docentes, passando pelo corpo administrativo e os alunos de pesquisa e extensão (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

De acordo com González de Gomez (2011), as Universidades foram assumindo, conforme o passar dos anos, diversos papéis na geração, preservação e transmissão dos saberes culturais, sendo sua biblioteca um importante meio para garantir o amplo acesso ao conhecimento e informação.

A biblioteca universitária auxilia na construção de espaços comuns do conhecimento ao aliar as tecnologias de informação com os seus processos comunicacionais, pois assim como os museus e arquivos, preservam e disseminam os saberes culturais e a pesquisa científica. Dessa forma, esses centros de informação produzem o conhecimento sobre o conhecimento, ao participar da validação de sua produção (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2011).

Para atender às necessidades da comunidade acadêmica, suprimindo suas demandas, a biblioteca deve possuir uma política eficaz, apoiada em sua realidade de pontos fortes e limitações. Para que essas políticas possam produzir mudanças benéficas significativas na estrutura de funcionamento da biblioteca, é primordial que haja o apoio da instituição à qual a biblioteca está subordinada.

A adaptação da biblioteca hoje está no fluxo informacional: distribuir informação pertinente a quem precisa dela. A função da biblioteca é criar sistemas de informação que permitam desenvolvimento da cultura, ciência e da técnica para os usuários e não para desenvolvimento de si própria. (CAETANO, 2014, p.43)

As bibliotecas universitárias devem contribuir para economizar os recursos financeiros, além do tempo do usuário, onde, acordo com Magán Wals (2001; 2004 apud CAETANO, 2014, p.45) devem dispor de espaço físico adequado para o estudo; concentrar relevantes coleções impressas e digitais; organizar e facilitar o acesso aos conhecimentos registrados, propiciando a criação de novos conhecimentos e oferecer serviços de capacitação aos usuários visando à busca e recuperação da informação.

Em 2010, foi enviado ao congresso o projeto de lei que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), que vigora de 2011 a 2020, com dez diretrizes objetivas e 20 metas², seguidas das estratégias específicas de concretização. No que tange a educação superior, dentre outras estratégias, o PNE (BRASIL, 2010) sugere:

- O aperfeiçoamento do SINAES, fortalecendo a avaliação, regulação e supervisão;
- A ampliação da cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), abrangendo mais alunos em sua avaliação da aprendizagem de educação;

² As 20 metas e as 10 diretrizes objetivas são divididas entre a educação básica fundamental e superior

- A introdução do contínuo processo de autoavaliação das instituições, de modo a que as avaliações orientem as dimensões a serem fortalecidas;
- A elevação do padrão de qualidade das universidades.

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2010)

O desenvolvimento da universidade e seu aperfeiçoamento, conforme sugerido e avaliado pelos instrumentos do Ministério da Educação (MEC), deveria estar diretamente ligado ao serviço prestado pela biblioteca, uma vez que seu serviço é direcionado para a comunidade.

2.2 O desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias

Para criar, administrar e manter o bom funcionamento de uma biblioteca é fundamental que a mesma possua um processo de desenvolvimento de coleções bem fundamentado nas necessidades de seus usuários, uma vez que é a necessidade dos usuários que os faz buscar a informação nas bibliotecas. Assim, quando o usuário passa a não encontrar o que procura, deixa de frequentá-las.

“[...] para uma administração eficaz, uma das questões de maior importância é a seleção de recursos informacionais com maior potencial de uso para ser incorporado à coleção” (FIGUEIREDO, 1991, p.31)

Há vários fatores que influenciam o desenvolvimento de uma coleção de biblioteca universitária, tais como a natureza do currículo, o corpo docente [...], a quantidade de verba disponível e o tamanho atual da coleção. Outros fatores [...] são os objetivos educacionais, a proximidade com outras bibliotecas, os pontos fracos e fortes da coleção já existente, [...] etc. A coleção da biblioteca universitária deve apoiar o currículo com materiais para as áreas de assunto cobertas pela universidade, prover uma coleção básica dirigida ao desenvolvimento de pessoas de alto nível e ainda manter uma outra coleção especializada para apoiar a pesquisa do corpo docente: os dois primeiros elementos enfatizam o uso pelo estudante e o terceiro, o uso pelo corpo docente [...] (FIGUEIREDO, 1991, p.33).

Dessa forma, a biblioteca universitária deve manter coleções variadas de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, conhecidos como os três pilares da universidade.

De acordo com Vergueiro (1989), o desenvolvimento de coleções em sua completude é composto por seis etapas: Estudo da comunidade; Políticas de Seleção; Seleção; Aquisição; Avaliação e Desbastamento.

Conforme Weitzel (2013), as etapas do desenvolvimento de coleções propostas por Vergueiro se desdobram conforme abaixo:

- **Estudo da Comunidade** – É o estudo sobre os aspectos econômicos, sociais e outros aspectos inter-relacionados de um grupo selecionado, onde se é possível caracterizar o público-alvo, que são os usuários reais e potenciais. Esses dados servem para identificar as áreas temáticas prioritárias a serem atendidas pela biblioteca.

- **Política de Seleção** – Visa, de acordo com Vergueiro (1995, p.68 apud WEITZEL, 2013, p.28), dar suporte às decisões de seleção, informando aos responsáveis pela seleção, os critérios utilizados no processo, os instrumentos auxiliares, as políticas específicas e os documentos correlatos.

- **Seleção** – É um processo que deve ser individualizado, contemplando os livros um a um, pois cada título deve ter seu lugar no acervo, obedecendo a critérios e diretrizes da política de seleção. Pode se dar através de três modos: prospecção, sugestão de usuários e doações espontâneas.

- **Aquisição** – é um processo que implementa as decisões tomadas na seleção, cabendo ao bibliotecário de aquisição localizar os itens identificados, ou uma política com 10 passos, que vão da designação da responsabilidade sobre a aquisição, até a adoção de programas para o acompanhamento das etapas de aquisição.

- **Avaliação** – Segundo Lancaster (1996, p.2 apud WEITZEL, 2013, p.56) a avaliação deve partir do princípio que a biblioteca pode ser entendida como interface entre os recursos informacionais disponíveis e a comunidade a ser servida. “A rotina do processo de avaliação deve envolver planejamento, diagnóstico das coleções, a aplicação de padrões e critérios, e controle de dados de uso, valor e qualidade [...]” (WEITZEL, 2013, p. 58)

Um desenvolvimento de coleções eficiente é, portanto, segmentado em etapas previstas em uma política, que tem em conta a missão e os objetivos da instituição universitária que

mantém a biblioteca, de onde partem também sua missão e objetivos e as metas, e o perfil de uso e necessidades de informação de seus usuários.

[...] as unidades documentárias, como toda e qualquer organização, devem ser geridas tendo como foco o atendimento das necessidades de seus usuários, na identificação de requisitos de qualidade do produto ou serviço, no estabelecimento de um planejamento para que esse padrão seja atingido e na busca pela melhoria contínua, em todos os seus aspectos, visando à satisfação dos seus clientes e à eficácia da organização. (BARBOSA, 2011, p. 91)

Para garantir a qualidade e eficácia do serviço, é necessária uma avaliação constante dos serviços oferecidos, buscando garantir a satisfação das necessidades de seus usuários.

2.3 **Passos para elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções**

De acordo com a literatura da área, são propostos 12 passos para a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções (EVANS, 2000; FIGUEIREDO, 1998; VERGUEIRO, 1989, 2010 apud WEITZEL, 2013).

1º passo – Identificação da missão e objetivos institucionais

Nessa etapa, são delimitadas a razão de ser da biblioteca e as atividades a serem exercidas, assim como as áreas prioritárias de atuação da mesma.

2º passo – Perfil da comunidade

O estudo da comunidade para traçar seu perfil pode ser feito através de dados coletados na base de dados da universidade, o que permite caracterizar os usuários reais e os potenciais, toda a política é delineada a partir dessa identificação dos usuários.

3º passo – Perfil das coleções

Nesse passo, Vergueiro (1989) recomenda descrever o estado atual das coleções da biblioteca, informando tanto a quantidade, quanto o conteúdo das mesmas, o que se dá através de um levantamento crítico destes acervos. Através desse mapeamento, é possível criar condições para alcançar as metas e objetivos propostos.

4º passo – Descrição das áreas e formatos cobertos pela biblioteca

É recomendado nessa etapa, identificar os assuntos principais e os secundários que constituem a área de interesse da biblioteca e também os que não fazem parte da linha de acervo, dessa forma, é possível identificar as prioridades dos assuntos a serem cobertos.

5º ao 9º passo – Descrição das etapas do processo de desenvolvimento de coleções

Nessa etapa, recomenda-se retomar as etapas da política de seleção, do processo de seleção, do processo e da política de aquisição, de desbastamento e de avaliação, para dessa forma, ir, ao longo do tempo, detalhando cada etapa conforme sua aplicação no desenvolvimento da instituição.

10º passo – Detalhamento de outros aspectos importantes

Aqui são descritos os aspectos que não se encaixam nas etapas já vistas. Este item pode ser destacado na política ou ser incorporado no processo de seleção ou aquisição.

11º passo – Documentos correlatos

Nesse passo, é recomendado que os documentos associados à política de seleção tenham um local específico para ser armazenados de forma que essa organização facilite a consulta aos mesmos.

12º passo – Avaliação da política

No último passo, é salientado que a política de desenvolvimento de coleções seja revista periodicamente, onde o bibliotecário responsável deve registrar as alterações sugeridas e adotadas à política vigente.

A biblioteca deveria ser um dos meios utilizados pelas instituições de ensino para atingir suas finalidades, caminhando lado a lado com o desenvolvimento institucional, estando preparada para acompanhar as mudanças no ensino e até mesmo estando à frente com novas formas de acesso e uso da informação (FERREIRA, 1980, p.6 apud SILVA, 2013, p.38).

A política de desenvolvimento de coleções deve garantir que a missão e objetivos da biblioteca estejam caminhando na mesma direção que a missão e objetivos da instituição que a mantém. No caso da biblioteca universitária, é preciso ter um controle maior, pois a biblioteca atende a diversos interesses de seus usuários, que variam de acordo com o segmento no qual ele se insere (docente, discente, administrativo), ao nível de conhecimento

que ele busca (graduação, pós-graduação, pesquisa), ou até mesmo o seu assunto de interesse, diversificado de acordo com as disciplinas oferecidas pelos cursos da universidade.

As estratégias realizadas dentro da política de desenvolvimento de coleções devem ser bem delineadas para facilitar o processo de tomada de decisão no desenvolvimento das coleções.

3 METODOLOGIA

Dentro dos cursos oferecidos pela UNIRIO, o curso escolhido a ser observado foi o de Museologia, curso instituído na UNIRIO no ano de 1932 e tem sua Escola considerada, de acordo com o seu próprio site, a mais antiga da América do Sul. O curso recebeu recente avaliação do INEP (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014)

A verificação dos quantitativos e do uso dos itens da bibliografia básica observados foram os das disciplinas Introdução à Museologia e Museologia IV.

Foi aplicado ao bibliotecário responsável pelo Centro de Ciências Humanas e Sociais da biblioteca central questionário (Anexo A) para verificar a existência de políticas de desenvolvimento de coleções e se o atendimento a recomendação do INEP compromete, de alguma forma, os recursos que seriam alocados para a compra de material componente da bibliografia recomendada.

O modo para a verificação em relação ao uso dos livros se deu pelo exame direto dos exemplares alocados nas estantes, considerando-se os quantitativos recomendados pelo INEP, o ano de aquisição do item e a contabilização dos empréstimos que teve.

Para caracterizar o universo de estudantes de Museologia que são potenciais usuários dos livros inseridos no contexto do curso foi realizada uma busca junto à secretaria da escola para verificar o quantitativo das vagas oferecidas, para o cálculo dos quantitativos recomendados por item da bibliografia básica, que é o foco deste trabalho.

4 AS AVALIAÇÕES DO INEP - BIBLIOGRAFIA

De acordo com Silva (2013), há uma preparação da biblioteca para o processo de avaliação do INEP, onde o bibliotecário deve possuir conhecimentos gerais sobre instituição e curso avaliados, assim como a tramitação dos processos e os manuais de orientação do INEP. Dessa forma, é fundamental que o bibliotecário conheça todo processo de avaliação e posteriormente aproveite-os para melhorar o desempenho da biblioteca nos processos de seguintes de avaliação dos cursos de graduação.

4.1 As avaliações do INEP

No âmbito da educação superior as instituições começaram a ser avaliadas através do Provão, instituído em 1995 sob a Lei 9.131, aplicado para avaliar o desempenho das universidades e validar sua aptidão para o ensino. No decorrer dos anos, a divulgação destes resultados foram utilizados como forma de propaganda de instituições privadas. Já os resultados dos estudantes eram divulgados somente para os mesmos, através de correspondência enviada por correio, mas que ficavam registradas no histórico escolar.

No início, o Provão encontrou forte resistência por parte de todos os setores da comunidade acadêmica organizada. É interessante observar que o caráter obrigatório do Provão significava que os estudantes eram obrigados a comparecer no dia do exame e a assinar sua frequência. Responder ao exame não era, portanto, obrigatório (VERHINE, 2005, p.7).

Ainda de acordo com Verhine (2005, p.8), o modelo do provão foi bastante criticado, pois a “[...] adoção de um exame único e comum para todos os cursos no país, de alguma maneira, poderia impor um currículo unificado, dessa forma destruindo os esforços para diversificar o sistema de educação superior [...]”.

O documento que instituiu o SINAES deu destaque às deficiências que o sistema anterior continha, ressaltando assim a necessidade da mudança de método de avaliação e reforçando o novo sistema a ser adotado. Dentre as deficiências, Verhine (2005) ressaltou que a abordagem anterior considerava as instituições como parceiras no processo avaliativo, o que deixava de se configurar como um sistema nacional de avaliação. Outra deficiência

identificada foi a dificuldade do Provão em separar de maneira adequada, avaliação e regulação, tendo dado indevida ênfase à segunda para cumprir a função regulatória do MEC.

O novo método estabelecido passou a ter como objetivo a avaliação educacional, visando à melhoria da qualidade de educação, e a regulação e seu processo, envolvendo supervisão, autorização e credenciamento de instituições de ensino.

O processo de avaliação das instituições envolve a autoavaliação e uma avaliação externa. Já na avaliação dos cursos, o INEP indica uma comissão com especialistas de cada área para examinar os cursos. São alguns elementos incluídos nessas avaliações o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas da instituição de ensino.

Um objetivo importante na concepção original do SINAES, coerente com a ideia de sistema, é a articulação entre a avaliação e a regulação. Com base nos resultados globais da avaliação, e não em um único instrumento, a regulação seria mais confiável, fundamentada e eficaz do ponto de vista da relevância social e da pertinência essenciais à construção da qualidade do sistema de educação superior. Realizando-se como um sistema coerente, a avaliação poderia efetivamente contribuir para o alcance dos objetivos da política de Educação Superior. Por isso, o SINAES propôs-se como política de Estado, e não simplesmente de um governo, na perspectiva da construção de um sistema. (DIAS SOBRINHO, 2010, p.208)

A chamada renovação de reconhecimento, que assegura autorização para o funcionamento da instituição, ocorre a cada três anos.

Apesar de a biblioteca fazer parte da avaliação, inserida na parte de instalações físicas, os critérios adotados não constituem a avaliação da mesma em separado. E quando se trata das avaliações dos cursos, elas se encontram inseridas enquanto lugar de aquisição, tratamento, guarda e disponibilização dos itens recomendados nas bibliografias das disciplinas dos cursos. No que se refere ao papel da biblioteca neste processo de avaliação dos cursos de graduação, separados por quadros estão as especificações do instrumento de avaliação e seus critérios para a definição dos conceitos a serem atribuídos.

O quadro abaixo mostra os critérios de análise sobre a bibliografia básica para a adoção dos conceitos, onde o quantitativo indicado é para cada título contido na bibliografia recomendada.

Quadro 1 – Critérios utilizados para a avaliação da biblioteca - Bibliografia Básica

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE
CONCEITO 5	1 exemplar para 4 alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 títulos)
CONCEITO 4	1 exemplar para de 5 a menos de 10 alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 títulos)
CONCEITO 3	1 exemplar para de 10 a menos de 15 alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 títulos)
CONCEITO 2	1 exemplar para de 15 a menos de 20 alunos, previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 títulos)
CONCEITO 1	1 exemplar para mais de 20 alunos previstos para cada turma, ou quando não está disponível, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (sem indicação de mínimo)

Fonte: Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, 2012 (Adaptação da autora)

Embora o exame da bibliografia complementar não faça parte desta pesquisa, colocamos no quadro a seguir os critérios para ela considerados na atribuição de conceitos, de acordo com os quantitativos por ingressos no curso.

Quadro 2 – Critérios utilizados para a avaliação da biblioteca - Bibliografia Complementar

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE
CONCEITO 5	Quando o acervo possui pelo menos 5 títulos das indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas, com dois exemplares de cada título, ou com acesso virtual.
CONCEITO 4	Quando o acervo possui pelo menos 4 títulos das indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
CONCEITO 3	Quando o acervo possui pelo menos 3 títulos das indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
CONCEITO 2	Quando o acervo possui pelo menos 2 títulos das indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
CONCEITO 1	Quando o acervo não atende (ou atende de maneira precária com menos de 2 títulos) as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas

Fonte: Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, 2012 (Adaptação da autora)

Há também conceitos para o acesso aos periódicos especializados, que não são objeto de interesse deste trabalho, mas podem ser verificados junto ao INEP ou em Silva (2013, p. 45)

De acordo com Dziekaniak (2006), os avaliadores, que visitam as bibliotecas universitárias, já na etapa de reconhecimento de cursos, são em sua maioria, professores das áreas do conhecimento, que não são de Biblioteconomia e desconhecem os procedimentos de administração de uma biblioteca.

Dziekaniak (2006, p.172), ainda destaca alguns fatores que segundo a autora, interferem na avaliação das bibliotecas, de modo a prejudicá-las e segue fazendo considerações:

- O atual sistema de avaliação adotado pelo INEP/MEC
- A avaliação é feita apenas por professores das diversas áreas do conhecimento, não se incluem aí aspectos que possam ser uma avaliação adequada da Biblioteca.
- A visão do profissional bibliotecário face às comissões de avaliação nos processos de reconhecimento de cursos de graduação, onde vários profissionais bibliotecários permanecem equivocados em relação à avaliação das bibliotecas universitárias pelo INEP/MEC, bem como desconhecem o instrumento norteador das avaliações, o Manual Geral de Avaliação das Condições de Ensino.

Embora o INEP/MEC esteja sempre em busca de evolução dos instrumentos de avaliação utilizados, assim como a padronização desses instrumentos, o atual sistema necessita de aperfeiçoamento, uma vez que os responsáveis pela verificação das recomendações nas bibliotecas são, em sua maioria, os professores de diversas áreas, e dessa forma não ocorre a participação do bibliotecário nas comissões de avaliação. Essas comissões utilizam o Manual Geral de Avaliação das Condições de Ensino (BRASIL, 2002), mas de modo frágil, já que o manual apresenta diversos termos técnicos, desenvolvidos por bibliotecários, que são desconhecidos pelos avaliadores, que não dispõem de um glossário para elucidar possíveis dúvidas. (DZIEKANIAK, 2006)

Para a verificação *in loco*, a comissão deverá seguir conforme o manual sugere: (BRASIL, 2002, p.58)

- percorrer o acervo de livros, verificando o número médio de exemplares por disciplina;
- verificar se a totalidade do material bibliográfico relacionado está na Instituição de Ensino Superior (IES), devidamente cadastrado e à disposição da comissão verificadora. Não devem ser aceitas notas de compra e/ou compromissos por escrito de entrega ou de compra;

- verificar se existem políticas definidas de aquisição, expansão e atualização do acervo que contemplem a proporcionalidade do número de alunos em relação às disciplinas do(s) curso(s) e às áreas afins;

- verificar se a bibliografia básica (livros, periódicos, obras clássicas, obras de referência, etc.), por disciplina do primeiro ano do(s) curso(s) encontra-se à disposição dos usuários;

- verificar, no acervo circulante, pelo catálogo de autor e título e da ficha de empréstimo do livro (devidamente assinada, contendo o número de cadastro da instituição), a existência ou não dos livros indicados na bibliografia de disciplinas, considerando o número de usuários, resguardando as peculiaridades de cada área e verificando a idade e o estado de conservação;

- verificar as condições de acesso de usuários com necessidades especiais (como é o caso dos deficientes visuais) ao prédio da biblioteca e aos materiais específicos;

- verificar a pertinência das coleções de periódicos, baseada na sua relação com as disciplinas oferecidas e a bibliografia sugerida;

- solicitar documentação comprobatória da aquisição da coleção de periódicos eletrônicos apresentada, verificando se não é apenas uma licença para demonstração.

No caso do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vale o termo de compromisso assinado pelo dirigente da IES e pelo presidente da CAPES;

- entrevistar bibliotecário(s) e pessoal técnico e de apoio.

É importante ressaltar que no processo de avaliação, a biblioteca é vista como um setor que dá suporte aos cursos que são avaliados onde, dentre os outros pontos de avaliação, a disponibilidade de quantitativos da bibliografia básica possui grande peso, pois é considerado material de auxílio dos docentes no processo de ensino.

A exigência de um quantitativo mínimo de títulos na bibliografia básica é um padrão que não considera os diferenciais que podem existir em algumas disciplinas. Aquelas que utilizam “livros texto”, ou manuais com conhecimentos consolidados da área terão três títulos com informações repetitivas, o que certamente choca-se com o princípio de evitar

redundância na aquisição. Já disciplinas com perspectivas multi ou interdisciplinares dificilmente contarão com “livro texto”, sendo a indicação de três títulos possivelmente inadequada.

4.2 Os critérios do INEP e o desenvolvimento de coleções para graduação

De acordo com as respostas obtidas, a partir de entrevista norteada pelo questionário aplicado ao responsável pela biblioteca setorial do CCH, foram possíveis algumas observações a respeito da mesma.

A bibliotecária entrevistada se identificou como responsável pela biblioteca setorial do CCH, que dentre outros cursos do Centro, atende também ao curso de Museologia.

Conforme informado pela bibliotecária, os instrumentos de avaliação do INEP/MEC são conhecidos e considerados dentro do processo de administração da biblioteca, de forma a influir no quantitativo de títulos adquiridos, com base na ementa/programa elaborado por cada professor de cada disciplina dos cursos oferecidos pela universidade.

De acordo com a bibliotecária, a biblioteca central tem uma política de desenvolvimento de coleções formalizada, mas não que inclui uma periodicidade pré-estabelecida para sua revisão. Entretanto, afirmou que esta estaria em revisão no momento.

Com relação à avaliação dos serviços da biblioteca, a informação obtida foi de que apesar de o serviço de referência possuir uma comunicação com o usuário, onde os mesmos podem voluntariamente sugerir, comentar, ou reclamar dos pontos que julgam fortes e fracos. Portanto, a avaliação fica limitada aos usuários presenciais. Conforme nosso marco teórico, quando o usuário não encontrar o que procura, deixa de frequentar a biblioteca, embora isto não signifique que não necessita de informação. Assim, embora estas avaliações sejam relevantes, elas não substituem os estudos das necessidades dos usuários da comunidade acadêmica. E como não há estudos destas necessidades o principal alicerce para a política de desenvolvimento de coleções está ausente nesta revisão.

Apesar de a biblioteca possuir um setor que executa aquisições, o setor apenas atende às demandas de aquisições solicitadas pelas bibliotecas setoriais, que seriam, então, as responsáveis pelo desenvolvimento das coleções. Segundo a bibliotecária, as solicitações de aquisição estão baseadas na bibliografia das disciplinas, que devem ser fornecidos pelos

docentes dos cursos. Há, portanto, uma priorização de quase exclusividade na aquisição de quantitativos dos títulos que serão objeto de avaliação pelo INEP.

Mas, de acordo com a bibliotecária responsável pela setorial do Centro de Ciências Humanas (CCH), a grande maioria dos docentes não fornece o programa das disciplinas dos cursos e quando fornece está desatualizada, o que dificulta na hora de comparar com a ementa que é enviada somente para o MEC, dessa forma, fica evidente que apesar da política de desenvolvimento de coleções ser formalizada, a mesma acaba não se aplicando na prática, tendo em vista que as aquisições privilegiam o atendimento aos critérios de avaliação do INEP.

Sobre a solicitação dos docentes em suas ementas, um grande problema apontado pela bibliotecária é que grande parte dos livros que compõe a bibliografia básica não são plenamente utilizados, somente sendo objeto de aproveitamento 1 ou 2 capítulos, o que acabaria o caracterizando como integrante da bibliografia complementar, e não da básica.

Apesar de julgar importante a opinião do usuário para buscar sempre satisfazê-lo, a bibliotecária informou que no momento não há nenhuma medida voltada para a questão, pois a prioridade é atender à bibliografia básica recomendada pelos professores, através da aquisição e da demanda pelo tratamento físico dos itens adquiridos.

A verba para a aquisição dos itens é individual para cada biblioteca setorial, onde cada uma possui sua verba, que é somada com as bolsas de incentivo das agências de fomento.

Como já exposto anteriormente, a avaliação do INEP é pautada no quantitativo de itens de títulos por bibliografia recomendada e, de acordo com a bibliotecária, a biblioteca adota o quantitativo recomendado em seu processo de aquisição.

Conforme colocado pela bibliotecária responsável pela biblioteca setorial do CCH, o padrões e critérios de avaliação afetam o processo de desenvolvimento de coleções de forma que a biblioteca necessita adquirir uma excessiva quantidade de exemplares de um mesmo título, o que tanto onera quanto ocupa muito espaço físico, reduzindo-o de maneira considerável. Além disso, muitos livros recomendados pela ementa elaborada pelos professores são clássicos da literatura especializada e estão esgotados, o que impossibilita a compra dos mesmos. Nesse caso a biblioteca informa ao docente sobre a indisponibilidade do título e o docente precisa atualizar sua lista junto ao INEP, pois o livro não será encontrado na biblioteca.

Outro ponto importante é o fato do livro digital ainda não ser considerado da mesma forma que o livro impresso, no ponto de vista do INEP, o que acaba prejudicando a biblioteca. Conforme pontuado no marco teórico, a biblioteca precisa adequar-se também aos novos formatos, como é o caso do *e-book*. Embora a biblioteca não esteja impedida formalmente de adquiri-los, os critérios do INEP aparecem como uma limitação, já que a compra de grandes quantitativos impressos concorrem com eles. O problema de livros indicados nas bibliografias dos cursos, mas esgotados (para títulos recentes), poderia ser contornado com a aquisição de livros eletrônicos.

A não aquisição destes livros eletrônicos também favorece para a criação das pastas dos professores, onde eles disponibilizam através de cópias, o material que deveria ser comprado pela biblioteca. Esse “ciclo” acaba afastando cada vez mais o usuário da biblioteca, pois ele acaba satisfazendo sua necessidade através de outros meios.

4.3 Uso efetivo do material adquirido nos cursos

Conforme verificado junto à secretaria da escola, são oferecidas 50 vagas por semestre no período integral e no período noturno, são oferecidas 30 vagas por ano. A partir das ementas, dispostas nos anexos B e C, cedida pela secretaria da escola de Museologia, primeiramente foi realizada uma busca na base de dados da biblioteca, aferiu-se se os títulos relacionados nas ementas constavam no sistema e, posteriormente, se os mesmos também se encontram nas estantes e seus quantitativos. Assim foi possível analisar individualmente o uso dos livros, evidenciando a necessidade da existência dos mesmos no acervo.

Considerando as 80 vagas e o mínimo de 4 exemplares para cada vaga, teríamos $80/4 = 20$ exemplares. No entanto, não se sabe se o quantitativo é calculado separadamente por turno, o que forneceria um quantitativo para o turno integral de $50/4 = 13$, e para o noturno de $30/4 = 8$ exemplares. Podendo ser o mesmo quantitativo de exemplares emprestado entre os dois turnos, o turno da noite teria chance maior de obter uma pontuação melhor nesse quesito.

Para cada item da bibliografia básica (que deve ter o mínimo de três títulos) a biblioteca deveria manter, de modo a garantir a pontuação máxima no quesito, 13 exemplares de cada

livro, considerando a oferta de 50 vagas no horário integral. Um primeiro cálculo, genérico³, mas elucidativo, que considere um curso como o de Museologia Horário Integral, com 44 disciplinas obrigatórias, teríamos $3 \times 13 = 39$ exemplares por disciplina e um total de $39 \times 44 = 1716$ exemplares para todas as obrigatórias, considerando a pontuação máxima no quesito bibliografia básica.

A primeira disciplina observada, Introdução à Museologia, indica 46 títulos, na ementa e programa, como bibliografia. De acordo com a bibliotecária, em relação às ementas/programas recebidos, a relação de livros nem sempre identifica separadamente a bibliografia básica e a bibliografia complementar, o que atrapalha no processo de compra dos itens de bibliografia que são avaliados pelo INEP, pois, ao não diferenciá-los, a biblioteca deve admitir, na dúvida, os critérios adotados para a avaliação de bibliografias básicas para toda a lista, podendo gerar, em muitos casos, compras em quantidade desnecessária, uma vez que a avaliação do INEP se baseia, dentre outros critérios já mencionados, no quantitativo de itens disponíveis por vagas oferecidas, além de comprometer tanto a verba direcionada para a aquisição, quanto o espaço físico da biblioteca. No entanto, dessa listagem somente 15 livros foram encontrados na busca à base Caribe.

Após a recuperação na base, buscou-se verificar se os itens encontrados estavam disponibilizados nas estantes. Durante a busca, dos 15 itens encontrados no sistema 3 não foram encontrados nas estantes e, segundo informação da bibliotecária, os mesmos poderiam estar em empréstimo, mesmo nos casos em que no sistema, um único título aparecia com 4 exemplares disponíveis.

Tendo a listagem dos 12 livros encontrados no sistema e nas estantes, foram observados, para cada título, o número de exemplares que podem ser emprestados, sua data de aquisição e o número de vezes que foi efetivamente emprestado. Embora se considere que o estudante pode consultá-lo na biblioteca, tem-se em conta a importância dos empréstimos domiciliares como indicador da efetiva necessidade de aquisição destes quantitativos por títulos indicados na bibliografia básica.

Os resultados encontram-se no quadro e observações a seguir.

³ Assim como a tendência interdisciplinar pode implicar na insuficiência de apenas três títulos para o ensino do conteúdo de uma matéria, também é possível que um título sirva a mais de um curso e a mais de uma disciplina no mesmo curso.

Quadro 3 —Empréstimos domiciliares dos livros de Introdução à Museologia

	EXEMPLARES ENCONTRADOS NO SISTEMA E NAS ESTANTES (exceto os exemplares exclusivos para consulta)						
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7
LIVRO 1	1	2	0	0	0	-	-
LIVRO 2	39	-	-	-	-	-	-
LIVRO 3	52	16	11	8	10	11	-
LIVRO 4	1	0	-	-	-	-	-
LIVRO 5	25	18	13	1	1	-	-
LIVRO 6	18	3	-	-	-	-	-
LIVRO 7	15	-	-	-	-	-	-
LIVRO 8	0	0	0	0	-	-	-
LIVRO 9	3	0	0	-	-	-	-
LIVRO 10	28	0	-	-	-	-	-
LIVRO 11	0	0	0	0	0	0	0
LIVRO 12	11	1	-	-	-	-	-

A primeira observação que se pode fazer é que nenhum dos títulos examinados tem o número necessários de exemplares para obtenção de conceito máximo (conceito 5) no quesito bibliografia básica. Também se observa que:

- Os títulos 2, 3, 5, 7 e 10 apresentam grande número de empréstimos. O título 2 e 7 têm apenas um exemplar para empréstimo. Observe-se o título 2 encontra-se esgotado. Já o título 5 têm exemplares que parecem novos (ainda não emprestados), possivelmente para atender a esta demanda.

- Os títulos 6, 8 e 10 também estão esgotados, embora o 8 não tenha tido qualquer de seus exemplares emprestados.

- Os títulos 1, 4, 8, 9 e 11 apresentam demandas insignificantes ou nenhum empréstimo, sendo no caso do título 1, apenas o exemplar 1 foi adquirido em 2011, sendo os outros 4 exemplares adquiridos no ano de 2013. No caso dos títulos 4 e 8, todos os exemplares foram

adquiridos no ano de 2011, quanto ao título 9, os exemplares 1 e 3 foram adquiridos em 2011 e o exemplar 2 adquirido em 2012. No último título relacionado, o 11, todos os exemplares foram adquiridos em 2014, onde somente nesse caso, não houve tempo para que os mesmos pudessem ter sido emprestados.

Na segunda disciplina observada, Museologia IV, possui 21 itens relacionados em sua ementa/ programa, como bibliografia básica. No entanto, dessa listagem somente 5 livros foram encontrados na base de dados.

Ao buscar nas estantes os 5 títulos encontrados no sistema, somente 3 itens foram encontrados nas mesmas, separando-os ordenadamente obteve-se:

Quadro 4 – Empréstimos domiciliares dos livros de Museologia IV

	EXEMPLARES ENCONTRADOS NO SISTEMA E NAS ESTANTES (exceto os exemplares exclusivos para consulta)						
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7
LIVRO 13	40	29	1	0	0	-	-
LIVRO 14	61	54	-	-	-	-	-
LIVRO 15	16	9	5	-	-	-	-

Aqui também se observa a inadequação dos quantitativos. Destaca-se o título 14, possivelmente esgotado e a aquisição para atendimento da demanda do título 13.

O que ficou possível de se perceber, durante a observação nas estantes dos livros das duas disciplinas, é que os exemplares que tiveram maior saída estão disponíveis na biblioteca desde 2008, pelo menos e a maioria dos exemplares teve seu último empréstimo realizado até o ano de 2012. Quanto aos livros menos ou não utilizados, em sua maioria são aquisições recentes, estando disponíveis desde o ano de 2012 em diante.

Traçando um comparativo entre os números de exemplares encontrados nas estantes de cada um dos livros das duas disciplinas analisadas com o quantitativo recomendado pelo INEP (2012) para os cursos de graduação, e tendo como base o quantitativo de ingressos oferecidos pela escola de Museologia no período de um ano, é possível perceber que a biblioteca não está atendendo plenamente às recomendações do INEP. Para atender a essa orientação, visando a obtenção de nota máxima na avaliação, a biblioteca precisaria

comprometer boa parte de seu espaço físico, além da verba, que não seria suficiente para a compra de tantos exemplares para um só título, ou seja, é tecnicamente inviável o atendimento às essas recomendações para a obtenção de nota máxima no quesito de bibliografia básica.

4.4 Estimativa das perdas de recursos nas disciplinas selecionadas

Após entrevista com a bibliotecária responsável pela biblioteca setorial e verificação dos itens que compõe a bibliografia básica analisada no sistema e nas estantes da biblioteca, foi realizado um levantamento online com a finalidade de levantar valores de mercado dos itens adquiridos para atender à solicitação das bibliografias básicas das disciplinas observadas.

Dessa forma, com base nos valores encontrados, foi feita uma estimativa de perdas dos recursos alocados para a compra dos itens relacionados que acabaram não sendo utilizados, ou foram muito pouco utilizados pelos usuários das bibliotecas.

Do total de 20 livros encontrados no sistema, juntando as duas disciplinas analisadas, todos os títulos foram buscados online para compra, e dessa forma, foi possível perceber seus valores e calcular os gastos realizados, principalmente sobre os títulos não utilizados na biblioteca.

Inseridos na bibliografia básica da disciplina de Introdução à Museologia, foram pesquisados somente os livros encontrados no sistema e estante da biblioteca, que foram 12 títulos, e desse total, 4 livros não foram encontrados para compra. Dos 8 restantes, os valores encontrados estão relacionados com a listagem apresentada do quantitativo dos livros.

Livro 1 – R\$44,00

Livro 2 – Não encontrado valores para compra (esgotado e não adquirível)

Livro 3 – R\$41,00

Livro 4 – R\$38,50

Livro 5 – R\$52,00

Livro 6 – Não encontrado valores para compra (esgotado e não adquirível)

Livro 7 – R\$36,00

Livro 8 – Não encontrado valores para compra (esgotado e não adquirível)

Livro 9 – R\$52,80

Livro 10 – Não encontrado valores para compra (esgotado e não adquirível)

Livro 11 – R\$37,00

Livro 12 – R\$92,49

Já os itens inseridos na bibliografia básica da disciplina de Museologia IV, foram pesquisados também somente os livros encontrados no sistema e na estante da biblioteca, nesse caso, foram 3 títulos e todos encontrados para compra. Dos 8 restantes, os valores encontrados estão relacionados com a listagem apresentada do quantitativo dos livros.

Livro 13 – R\$59,90

Livro 14 – R\$81,20

Livro 15 – R\$38,00

Juntando as duas disciplinas e as etapas de busca pelas quais os títulos da bibliografia básica foram submetidos obtiveram-se 11 títulos que foram encontrados nas três etapas (busca no sistema, nas estantes e de valor para compra *online*).

Analisando caso a caso, é possível fazer algumas observações através de um comparativo de usabilidade e valores:

Quadro 5 – Gastos estimados para aquisição dos exemplares dos 15 livros não esgotados, disponíveis nas bibliografias básicas das duas disciplinas

Livros	Número de exemplares pouco ⁴ ou não utilizados	Preço individual de mercado em 2014	Valor total a preços de mercado de 2014
Livro 1	5	R\$44,00	R\$220,00
Livro 3	5	R\$41,00	R\$205,00
Livro 4	2	R\$38,50	R\$77,00
Livro 5	4	R\$52,00	R\$208,00
Livro 7	1	R\$36,00	R\$36,00
Livro 9	3	R\$52,80	R\$158,40
Livro 11	7	R\$37,00	R\$259,00
Livro 12	1	R\$92,49	R\$92,49
Livro 13	3	R\$59,90	R\$179,70
Livro 15	3	R\$38,00	R\$114,00
Total:			R\$1.549,79

Fonte: Própria

Através desse levantamento fica claro o montante gasto em itens disponíveis para empréstimo que conforme verificado, em grande parte dos casos não foram emprestados domiciliarmente ou apresentam, aparentemente, pouca utilização.

Verificou-se também que dos livros não relacionados no quadro, por não terem sido encontrados nas três situações (sistema, estante e pesquisa de valores), alguns não possuem venda *online* (esgotados), o que torna o livro ainda mais difícil de ser obtido, de maneira a interferir nas aquisições da biblioteca, visando a quantidade recomendada para a obtenção de nota máxima na avaliação do INEP.

⁴ Foram considerados pouco utilizados os exemplares que tiveram, ao longo dos últimos 2 anos, empréstimos realizados menos de 20 vezes.

Através da entrevista com a bibliotecária responsável, entendeu-se que a biblioteca considera que o atendimento às necessidades dos estudantes desta graduação seria garantida pela aquisição e manutenção dos títulos presentes nas bibliografias dos cursos. Mas, a busca pelo atendimento aos quesitos de exame do INEP de bibliografia (no caso estudado, apenas a básica) não significa a garantia de um acesso adequado à informação, já que os estudantes podem ter outras necessidades que só seriam identificadas a partir de um estudo de usuários.

Ainda com base nas informações obtidas na entrevista e o observado nas estantes, apesar da biblioteca buscar atender aos quantitativos recomendados, há certa dificuldade para realmente atendê-los. Dessa forma, conforme verificado através da entrevista, a biblioteca nem se guia claramente por uma política de desenvolvimento de coleções, buscando prioritariamente atender ao INEP, nem consegue adequar realmente o acervo a estes processos de avaliação, postergando a estruturação de uma política de desenvolvimento de coleções.

Parece que o comando da biblioteca por profissionais competentes e guiados por uma política de desenvolvimento de coleções surtiria melhores resultados no que se refere ao acesso à informação aos graduandos. A suposição de que o atendimento às diretrizes do INEP poderia estar no lugar da política de desenvolvimento não se confirma. Entretanto, a pressão para seu atendimento parece inibir uma efetiva ação da biblioteca no conhecimento de seus usuários e seu consequente bom atendimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma política de desenvolvimento de coleções formalizada dentro de uma instituição direciona a biblioteca em seus passos na adequação de seus serviços e acervo aos seus usuários, levando sempre em consideração a missão e objetivos da biblioteca e da instituição que a mantém.

O que foi possível perceber, através da observação das etapas do desenvolvimento de coleções e das recomendações do INEP para a avaliação das bibliotecas, é a deficiência em ambos os aspectos.

A chefe da biblioteca preocupa-se com a adequação dos quantitativos de exemplares dos itens constantes nas bibliografias, mas apresenta uma postura crítica tanto aos critérios que lotam o espaço físico e canalizam boa parcela dos recursos para aquisição quanto em relação aos docentes, que não conhecem com clareza os critérios e cujas recomendações na bibliografia colocam, por vezes, barreiras difíceis ou intransponíveis.

Certamente uma melhor comunicação entre os responsáveis pela administração das bibliotecas setoriais com os docentes, que elaboram as bibliografias básicas e complementares poderia reduzir algumas destas barreiras. A clara separação das bibliografias básica e complementar depende de um esclarecimento do que se entende por tais bibliografias e evitaria que fossem relacionados como básicos livros que somente terão um ou outro capítulo a ser utilizado.

Através do levantamento no sistema e nas estantes, além da entrevista realizada, ficou evidente que apesar de se afirmar que há uma política de desenvolvimento de coleções, os critérios de avaliação do INEP possuem grande influência nas aquisições. Não parece se tratar de incluir tais observâncias à política, mas que isto reduz o tempo, os recursos financeiros e espaço da biblioteca no planejamento de suas coleções. Conforme visto, isto parece indicar em aquisições de itens em quantidades que vão além das demandas reais encontradas na pesquisa.

Assim como foram observados títulos com diversos exemplares subutilizados, foi possível perceber também títulos com grande volume de empréstimos e com poucos ou somente um exemplar para empréstimo, onde ausência de novos exemplares pode ser devido

à indisponibilidade dos mesmos para compra, problema que poderia ter alternativa para solução através da compra dos livros digitais.

Outro ponto que se destaca é que durante a observação nas estantes foi possível perceber que a maioria dos exemplares tiveram seu último empréstimo realizado até o ano de 2012, deixando em aberto a questão por trás dessa diminuição de empréstimos desde então. Podendo a bibliografia ter mudado de 2012 para cá e a biblioteca não ter sido comunicada, ou tais livros estejam sendo utilizados apenas por um capítulo, o que pode ter sua necessidade de consulta resolvida através das cópias, e não por empréstimos.

Da mesma forma que aqui foram estimadas as perdas de verbas para as duas disciplinas, uma vez que a verba foi gasta em material que não tem sido, ou tem sido pouco utilizado pelos usuários, é possível expandir a observação para todo o curso, de forma que as outras disciplinas também são afetadas pelo direcionamento inadequado da verba, que comprometem a compra de itens que são muito utilizados ou que são necessários por parte dos usuários, mas que não estão relacionados nas ementas das disciplinas.

O fato de a biblioteca estar revendo sua política de desenvolvimento de coleções no momento pode ser uma boa oportunidade para que a mesma recoloca o atendimento às avaliações do INEP em seu devido lugar, como um aspecto do desenvolvimento de coleções e não como algo que atrapalha ou se sobrepõe a esta política.

O atendimento às exigências do INEP/MEC se faz fundamental para o reconhecimento dos cursos e para a avaliação de sua qualidade, mas a pesquisa sugere que a biblioteca acaba não conseguindo realizá-lo conforme deveria, nem mantém uma sólida política de desenvolvimento de coleções. Além disso, é preciso que estes profissionais também indaguem sobre a “adequação da adequação” do quesito bibliografia nos critérios do INEP. Este não pode ser uma questão apenas do docente, tendo o bibliotecário como profissional qualificado para colaborar na questão.

O pleno atendimento às exigências, a biblioteca compromete seu orçamento, que deve atender ao tripé universitário, além de ocupar significativamente o espaço físico que é retirado do usuário.

Aumentar o diálogo entre os docentes e usuários, buscando ver a verdadeira necessidade de cada um dos grupos, sendo na elaboração das bibliografias básica e complementar, seja na procura dos itens no setor de referência. É preciso haver uma

exposição por parte do bibliotecário da realidade do acervo da biblioteca quanto à usabilidade dos itens solicitados, assim como um questionamento junto ao corpo docente da importância da aquisição dos itens ali relacionados, tendo em vista que conforme as recomendações do INEP/MEC, a listagem deverá ser adquirida em grande quantidade de exemplares.

Além disso, o bibliotecário deve buscar junto ao INEP/MEC, expor sua realidade, buscando uma mudança nos parâmetros de avaliações dos cursos, que conforme visto, não privilegiam o papel desempenhado pela biblioteca através de sua política de desenvolvimento de coleções, além de não levarem em conta o comprometimento de verba, espaço físico e comprometimento do tempo gasto para o tratamento físico dos exemplares.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FRANKLIN, Sérgio. Controle, avaliação e qualidade de serviços em unidades de informação. In: LUBISCO, N. M. L. (Org.). **Biblioteca universitária**: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5620/1/_Biblioteca.pdf> Acesso em: 21 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília, 15. Dez. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107> Acesso em: 15 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Verificação in loco das condições institucionais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Manual1.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm >. Acesso em: 19 abr. 2014

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm >. Acesso em: 21 mar. 2014.

BRASIL, Heloisa dos Santos. Avaliação do SINAES para bibliotecas universitárias: uma análise da metodologia de avaliação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4RAC.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014

BUSQUET, Leandro Martins Cota. **Bibliotecas universitárias e o impacto das políticas públicas do ensino superior**: o caso da BCG/UFF. 167 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Leandro_Busquet.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

CAETANO, Ana Carolina de Souza. **Discussão de uma agenda pública para bibliotecas universitárias federais**: o foco na pós-graduação e pesquisa pelo olhar mineiro. 2014. 191 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CUNHA, Miriam Vieira da; CAVALCANTI, Córdelia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. p.53.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. Participação do bibliotecário nas comissões de avaliação do Ministério da Educação (MEC) nos processos de reconhecimento de cursos de graduação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 18, n. 2, p. 169-181, 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000086&dd1=31a47>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Metodologias para a promoção do uso da informação: técnicas aplicadas especialmente em bibliotecas universitárias e especializadas**. São Paulo: Nobel, 1991.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediações para a leitura na universidade: ações docentes e da biblioteca. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT Johanna W. (Org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da USP, 2010, p. 123-139. Disponível em: <www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/enancibdigital.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014

GONZALEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A universidade e a sociedade da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.9, n.1, p. 225-242, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/viewFile/510/pdf_11>. Acesso em: 16 abr. 2014.

INEP. Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e à distância. Brasília, 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_mai_12.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2014.

ROSA, Flávia G. M. Garcia. **Pasta do professor: o uso de cópias nas universidades de Salvador**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Instituto de Ciência da Informação/UFBA, Salvador, 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/14296/1/_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SILVA, Fátima Santana da. **Administração de bibliotecas em instituições privadas de ensino superior: uma abordagem discursiva a partir das novas demandas de acesso e uso da informação**. 2013. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Escola de Museologia – UNIRIO**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www4.unirio.br/museologia/escolademuseologia/apresentacao.htm>> Acesso em: 2 jun. 2014.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989.

_____. **Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais**. **Ciência da Informação**, Brasília. v.22, n.1, p.13-21, jan./abr. 1993.

Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1208/849>>.
Acesso em: 7 abr. 2014.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, L. Maria Vinhaes. **Avaliação da educação superior no Brasil**: do Provão ao ENAD. Documento preparado para o Banco Mundial em dez 2005.

Disponível em: <

<http://www.isp.ufba.br/avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20Ed%20Superior%20do%20Provao%20ao%20ENADE.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

APENDICE A – Questionário aplicado à bibliotecária responsável pela biblioteca setorial do CCH

1- Você conhece os instrumentos de avaliação do INEP/MEC?

Sim

Não

2- Você é o responsável pela administração da biblioteca?

Sim

Não. Por qual setor é responsável?

3- Há um setor responsável pelo desenvolvimento de coleções?

Sim

Não

4- Caso não exista, quem é o responsável pelo desenvolvimento de coleções?

R:

5- A biblioteca possui uma política de desenvolvimento de coleções formalizada?

Sim

Em fase de implantação

Não. Qual motivo? _____

6- Caso exista, com que periodicidade a política é revista?

R:

7- A biblioteca é avaliada pelos usuários?

Sim

Não

8- Como é medido o nível de satisfação dos usuários da biblioteca?

R:

9- A partir da avaliação dos usuários, alguma medida é tomada visando o aperfeiçoamento do serviço prestado?

- Sim
- Não. Por quê?

10- A aquisição é feita baseada nas necessidades dos usuários, observadas através do estudo de usuários ou através de algum outro método?

- Estudo de usuários
- Recomendação do corpo docente
- Outro _____

11- De que forma os critérios de avaliação do INEP/ MEC afetam o processo de desenvolvimento de coleções da biblioteca?

R:

12- A biblioteca possui verba única para ser dividida entre todos os cursos atendidos pela mesma?

- Sim. Como são destinadas para cada curso? _____
- Não. Qual a origem da verba?

13- A biblioteca atende ao mínimo dos títulos recomendados pelo INEP/MEC para as bibliografias básicas?

- Sim
- Não

Anexo A – Ementa da disciplina de Introdução à Museologia



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE MUSEOLOGIA

PROGRAMA DE DISCIPLINA
<p>CURSO: MUSEOLOGIA DEPARTAMENTO: ESTUDOS E PROCESSOS MUSEOLÓGICOS DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À MUSEOLOGIA CRÉDITOS: 3 CARGA HORÁRIA: 45 CÓDIGO: HEM0070</p>
<p>EMENTA: Compreensão do surgimento e do desenvolvimento do museu e da Museologia disciplinar/científica até a metade do século XX, pontuando o caso brasileiro. Compreensão do museu como manifestação/expressão socialmente consolidada e seus objetos/coleções como recorte intencional sobre o real.</p>
<p>PRÉ-REQUISITOS: ---</p>
<p>CO-REQUISITOS: ---</p>
<p>OBJETIVOS DA DISCIPLINA: Compreensão do surgimento e do desenvolvimento do museu e de suas relações com a dinâmica social no tempo/espaço, como manifestação/expressão socialmente consolidada, e seus objetos/coleções como recorte intencional sobre a realidade. Analisar a construção do campo disciplinar da Museologia.</p>
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Unidades de Ensino I – O surgimento da idéia de museu e o desenvolvimento do objeto de estudo da Museologia; A Museologia no panorama das ciências sociais e humanas. Museus e sociedade; uma trajetória no tempo/espaço; II - O campo teórico da Museologia: um panorama dos principais paradigmas que delinearão a consolidação do pensamento museológico contemporâneo; III – Museus e Museologia na Contemporaneidade. Relação museu, patrimônio, memória e cidadania; IV – Utopia Museológica: o patrimônio musealizado como ferramenta de tomada de consciência e de transformação social. V – Visitas e palestras.</p>

METODOLOGIA:

Aulas expositivas, acompanhadas por recursos audiovisuais, complementadas por seminários, palestras e entrevistas com profissionais que atuam em museus, pesquisadores e professores ligados ao campo de conhecimento da Museologia. Visitas aos espaços identificados como objetos privilegiados da presente investigação. Uma seleção de documentários em DVD também faz parte dos recursos complementares às aulas.

AVALIAÇÃO:

1ª avaliação: trabalho em grupo, com a seguinte proposta: visita a uma instituição museal na cidade do Rio de Janeiro, para levantamento das seguintes questões: 1 – história da instituição; 2 – coleções (origem, políticas de aquisição etc.); 3 - atualidade (Uma descrição sintética das exposições do Museu (de longa duração e as temporárias, se for o caso). Levantamento de dados importantes sobre o funcionamento do museu, tais como análise de público, atividades (cursos, palestras, seminários, publicações etc.), e serviços oferecidos regularmente pelo museu.

2ª avaliação: prova escrita, a partir dos textos indicados na bibliografia e apresentados em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: UNIRIO: FAPERJ: DP&A Editora, 2003.
- ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Museologias Possíveis: “a novidade do Brasil não é só litoral”. IN: MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia. Rio de Janeiro: IBRAM, 2006. n. 2, p. 178.
- _____. Museus, desenvolvimento e mudança: a reação dos “espaços banais”. Publicado na Revista Museu: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=16587>
- _____. A Idéia de museu na cultura ocidental. In: Memória e Educação. Rio de Janeiro: IPHAN/Paço Imperial, 2008. p. 55.
- ARANTES, Antonio Augusto. Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- ARAÚJO, Marcelo; BRUNO, Cristina. A memória do pensamento contemporâneo. Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean, O Sistema dos Objetos. São Paulo: Editora Perspectiva AS, 1973.
- BAZIN, Germain. Le Temps des Musées. Liège: 1967.
- BENNETT, Tony, The Birth of The Museum, London, Routledge, 1995
- BOURDIEU, Pierre, DARBEL, Alain. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: Universidade de São Paulo; Zouk. 2003.
- BRASIL, Ministério da Cultura. Bases para a Política Nacional de Museus, 2003. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/politicas/museus/index.html>. Acesso em: Out. 2005
- BRUNO, Maria C. O. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, n. 5, p. 5-20, 2006.
- _____. Museologia: teoria e prática. Cadernos de Museologia (16) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1999.
- CADERNOS Museológicos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1990. v. 1&2 e 3.
- CAMERON, Duncan F. The museums: a temple or the fórum. New York: American Museum of Natural History, v. 14, 1970.
- CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma Teoria da Museologia. Anais do Museu Paulista,

- jundez, vol.12 número 012, pp327-268.
- CHAGAS, Mário de Souza & ABREU, Regina. Museu da maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. In: "Revista Musas". Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/Departamento de Museus, 2007. v. 3. p. 130.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP. 2001. 282 p.
- Código de Ética para Museus do ICOM (Conselho Internacional De Museus). Disponível em: http://www.icom.org.br/codigo_etica_port.pdf
- Código de Ética Profissional do Museólogo – Cofem 1992. Disponível em: http://www.cofem.org.br/legislacao/leg_codigo.htm
- CURY, I. Cartas patrimoniais, 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001. 384p.
- CURY, Marília Xavier. Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. Museologia – marcos referenciais. In: "Cadernos do CEOM", ano 18, n/ 21. Chapecó: Argos, junho de 2005. p-p: 45-73.
- DESVALLÉES, André. A Museologia e os museus: mudanças de conceitos. Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro, n. 1, 1989.
- Encontro Internacional de Ecomuseus - Anais (1: 1992: Rio de Janeiro) Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 1992. 441p.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Da Modernização à Participação: A política Federal de preservação nos anos 70 e 80. Revista do patrimônio 24
- GIRAUDY Danièle & BOUILHET, Henry. O Museu e a vida. Tradução Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva.. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória; Porto Alegre: Instituto estadual do Livro – RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990.
- GOB, André; DROUGET, Noemie. "La Muséologie: histoire, développement, enjeux actuels. 2 e. ed. Paris: Armand Colin, 2008, 294 p.
- GONÇALVES, José Reginaldo S. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: 2007. 251 p.
- GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Museologia e Identidade. Cadernos Museológicos, v. 1. Rio de Janeiro. IBPC, 1990.
- HUYSSSEN, A. - Escapando da Amnésia – o museu como cultura de massa. IN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.
- ICOM. Código de Ética para Museus. Tradução do Comitê Brasileiro do ICOM (Internatinal Council of Museums), 2006.
- IMPEY, O. et al The Origin of Museums, Oxford, Clarendon, 1986
- LEÓN, Aurora. El museo: teoría, praxis y utopía. Madrid: Ediciones Cátedra, SA, 1982.
- LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec.
- Manual de Orientação Museológica e Museográfica São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/ Departamento de Museus e Arquivos, 1987. 43 p. : il.
- MAURIAUX, P. A. (ed.). "L'Object de la museologie". Neuchatel: Institut d'Histoire de L'Art et de la Muséologie, 2006. 214 p. (L'Atelier de thesis.2)
- MENSCH, Peter Van. Objeto de estudo da Museologia. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UFG, 1994.
- MOUTINHO, Mário. Museologia: Novos Enfoques / Novos Desafios. Universidade Lusófona. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2005
- MOUTINHO, Mário. Museus e Sociedade Reflexões sobre a função social do Museu. Cadernos de Patrimônio, n. 5 Museu Etnológico Monte Redondo 1989.
- MUSEOLOGIA Social. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 2000.
- MUSEU: antropofagia da memória e do patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,

nº 31. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

O que é museu Marlene Suano São Paulo: Brasiliense, 1986. 101 p. il. (Coleção Primeiros Passos, 182)

OS MUSEUS NO MUNDO. Biblioteca Salvat de Grandes Temas, nº 26. Rio de Janeiro, Salvat Editora do Brasil, 1979.

POMIAN, k. – Coleção. IN: Enciclopédia Einaudi – Memória-História: Lisboa, Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.

POULOT, Dominique. Musée et muséologie. Paris: La Découverte, 2005.

SCHAER, Roland. L'Invention des musées. Paris: Gallimard/Réunion des Musées Nationaux, 1993.

VARINE, Hugues O Ecomuseu. In: "Ciência e Letras", nº 27. Porto Alegre, 2000. P. 61 – 90.

VERGO, P. New Museology, London, Reaktion, 1989

Internet

<http://museologia.mestrados.ulusofona.pt/cadernos.htm>

http://www.rebelancer.com/museu_world.html (página de referência sobre museus em todo o mundo)

<http://www.interactions-online.com/> (comunidades e desenvolvimento – textos sobre desenvolvimento local, ecomuseus, comunidade e patrimônio, dentre outros)

http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/cadernos_bibliographie.htm (bibliografia sobre nova museologia e ecomuseus, em diversas línguas)

<http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/> (**Cadernos de Sociomuseologia** é a publicação do Centro de Estudos de Sociomuseologia - Unidade de Estudo e Investigação de Ciências Sociais Aplicadas, da **Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**)

http://cesarcordaro.tripod.com/frames_se.html (Esta página é dedicada à divulgação dos *sites* de Museus do Brasil e do Mundo, história dos museus, dentre outras informações relevantes)

<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/legislacao.htm> (leis, decretos, cartas nacionais e internacionais relativas à museologia, proteção do patrimônio cultural e turismo cultural)

<http://www.revistamuseu.com.br/enderecos/entrada.asp?tipo=4> (endereços de museus)

http://www.muuseum.ee/en/erialane_areng/museoogiaalane_ki/p_van_mensch_towar/

ASSINATURA DO PROFESSOR RESPONSÁVEL OU MINISTRANTE:

Anexo B – Ementa da disciplina de Museologia IV



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE MUSEOLOGIA

PROGRAMA DE DISCIPLINA – Ano/Semestre: 2013/2º
<p>CURSO: MUSEOLOGIA DEPARTAMENTO: ESTUDOS E PROCESSOS MUSEOLÓGICOS DISCIPLINA: MUSEOLOGIA IV (GESTÃO DE MUSEUS E ADMINISTRAÇÃO DE COLEÇÕES) CRÉDITOS: 3T CARGA HORÁRIA: 45H CÓDIGO: 4ª feiras de 14h às 17h</p>
<p>EMENTA: Panorama da questão da ética na atividade museológica; análise dos códigos nacionais e internacionais de ética profissional no campo da atuação do museólogo, dentro e fora dos museus. Conceitos e ações concernentes à gestão de museus (Plano Museológico) e de instituições afins, de natureza privada ou pública, de constituição participativa e/ou comunitária. Política de aquisição de acervos. Papel desempenhado pelas associações de amigos; panorama das agências de fomento brasileiras no campo da museologia.</p>
<p>PRÉ-REQUISITOS: Não há.</p>
<p>CO-REQUISITOS: Não há.</p>
<p>OBJETIVOS DA DISCIPLINA:</p> <p>Apresentar o panorama dos museus no Brasil na atualidade e discutir as diretrizes e princípios éticos para o trabalho em museus, bem como as práticas, a partir de exemplos concretos.</p>

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Unidade I – Código deontológico: diretrizes e princípios éticos para o trabalho em museus
 - O Código Deontológico do ICOM
 - O Estatuto de Museus
 - A Lei nº 7287/84

- Unidade II – Plano Museológico: conceitos e diretrizes para a gestão de coleções
 - O Programa de Acervos
 - A Política de Acervos
 - As Associações de Amigos de Museus

- Unidade III – Os museus brasileiros e as agências de fomento. Economia de Museus
 - Aula 1 – 18/09 – Unidade I
 - Aula 2 – 25/09 – Unidade I
 - Aula 3 – 02/10 – Unidade I e Unidade II
 - Aula 5 – 09/10 – Unidade II
 - AULA 6 – 16/10 – Unidade II
 - Aula 7 – 23/10 – Unidade II
 - Aula 8 – 30/10 – Unidade II
 - Aula 9 – 06/11 – Unidade III
 - Aula 10 – 13/11 – Unidade III
 - Aula 11 – 27/11 – Unidade III
 - Aula 12 – 04/12 – Unidade III
 - Aula 13 – 11/12 – Unidade III
 - Aula 14 – 08/01/2014 – Apresentação dos Projetos

METODOLOGIA:

Aula expositiva de conceitos, imagens e estudos de caso e participativa com debates sobre textos selecionados e exercícios práticos. Recursos: apresentações powerpoint.

AValiação:

Participação em aula, fichamentos de textos e avaliação dos Planos Museológicos apresentados nos seminários.

BIBLIOGRAFIA:

Unidade I

Código Deontológico do ICOM

Lei nº 7.287/84

Código de Ética do Museólogo

Estatuto de Museus

FERREIRA, Luzia Aparecida; FERNANDES, Taiane. Política pública de cultura: gestão ou decisão? In: *Percepções: cinco questões sobre políticas culturais*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010, p. 57-67.

VIEIRA, Ana Maria da Costa Leitão. As Organizações Sociais de Cultura: um pouco de memória para um debate necessário. In: *Revista Museu*.

Unidade II

CÂNDIDO, Manuella M. D.. *Gestão de museus, diagnóstico museológico e planejamento: um desafio contemporâneo*. Porto Alegre: Medianiz, 2013 (cap. 4 e 5)

VALENCIA, Paco Pérez. *Tener un buen plan: la hoja de ruta de toda colección – el plan museológico*. Gijón: Trea, 2010. Capítulos 1 e 3.

Bibliografia complementar:

Portaria Normativa IPHAN nº 1/2007.

Cómo administrar un museo? Manual práctico. Paris: Unesco; ICOM, 2006.

Parâmetros para a conservação de acervos: um roteiro de auto-avaliação. Série Museologia: roteiros práticos, nº 5. São Paulo: Edusp, Vitae, 2004.

Segurança em museus. Série Museologia: roteiros práticos, nº 4. São Paulo: Edusp, Vitae, 2003.

Conservação de Coleções. Série Museologia: roteiros práticos, nº 9º. São Paulo: Edusp, Vitae, 2005.

Plano Diretor. Série Museologia: roteiros práticos, nº 1. São Paulo: Edusp, Vitae, 2001.

Unidade III

ALCARAZ, María Victoria. Centro Cultural San Martín: la sustentabilidad institucional como estrategia para la gestión de recursos. In: NASCIMENTO Jr., José do (org.). *Economía de museus*. Coleção Museu, Memória e Cidadania, vol. 8. Brasília: MinC/IBRAM, 2010, p. 99-114.

NASCIMENTO Jr., José do. Por um novo olhar da relação entre cultura e economia. In: NASCIMENTO Jr., José do (org.). *Economía de museus*. Coleção Museu, Memória e Cidadania, vol. 8. Brasília: MinC/IBRAM, 2010, p. 7-18.

NASCIMENTO, Jr., José do; COLNAGO, Ena. Economia da Cultura. NASCIMENTO Jr., José do (org.). *Economía de museus*. Coleção Museu, Memória e Cidadania, vol. 8. Brasília: MinC/IBRAM, 2010, p. 203-234.

ASSINATURA DO PROFESSOR RESPONSÁVEL OU MINISTRANTE:

Alejandra Saladino